

**ALEXANDRE PIOVESAN
DANILO MOREIRA BATISTA**

**PRINCIPAIS ATOS
NORMATIVOS DO CNJ PARA
O CONCURSO NACIONAL
DA MAGISTRATURA**



Goiania / GO
2024

Copyright© 2024 by Alexandre Piovesan & Danilo Moreira Batista

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito dos autores.

Editado por Piovesan, Freitas e Manica Empreendimentos Educacionais Ltda

(Editora Magistrar)

CNPJ: 50.721.557/0001-90

Edição de fevereiro de 2014

Produção Editorial: *Ricardo Sterchele*

www.frontis.com.br

Disponível também em formato digital

Impresso no Brasil



Apresentação



MAGISTRAR

www.magistrar.com.br

Av. Tocantins, Quadra 16, Lote 2E nº 222, 2º andar, sala 4,
Setor Central, Goiania-GO - CEP 74.015-005

Estrutura da Obra

1) RESOLUÇÕES DO CNJ EM ORDEM CRONOLÓGICA

Resolução nº 7, de 18 de outubro de 20051
• Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 13, de 21 de março de 20062
• Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura	
Resolução nº 20, de 29 de agosto de 20063
• Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro	
Resolução nº 34, de 24 de abril de 2007.3
• Dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional	
Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007.4
• Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro. Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)	
Recomendação nº 42, de 08 de agosto de 2012.6
• Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas	
Resolução nº 47, de 18 de dezembro de 20077
• Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal	
Resolução nº 60, de 19 de setembro de 20087
• Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional	
Resolução nº 62, de 10 de fevereiro de 2009.9
• Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária.	
Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008.10
• Dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 200912
• Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória	
Resolução nº 71, de 31 de março de 200914
• Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo grau de jurisdição	
Resolução nº 75, de 12 de maio de 200915
• Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional (sem anexos)	
Resolução nº 77, de 26 de maio de 200923
• Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei - sem anexos	
Resolução nº 85, de 08 de setembro de 200925
• Dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário	

Resolução nº 94, de 27 de outubro de 200927
• Determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	
Resolução nº 96, de 27 de outubro de 200927
• Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências	
Resolução nº 105, de 06 de abril de 201028
• Dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência	
Resolução nº 106, de 06 de abril de 201029
• Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.	
Resolução nº 113, de 20 de abril de 201032
• Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 (sem anexos)35
• Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 127, de 15 de março de 201139
• Dispõe sobre o pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, em casos de beneficiários da justiça gratuita, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus	
Resolução nº 128, de 17 de março de 201140
• Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	
Resolução nº 131, de 26 de maio de 201140
• Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ	
Resolução nº 135, de 13 de julho de 201141
• Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências	
Resolução nº 140, de 26 de setembro de 201144
• Proíbe a atribuição de nomes de pessoas vivas aos bens públicos sob a administração do Poder Judiciário	
Resolução nº 154, de 13 de julho 201244
• Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária	
Resolução nº 155, de 16 de julho de 201245
• Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior	
Resolução nº 159, de 12 de novembro de 201247
• Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário	
Resolução nº 165, de 16 de novembro de 201248
• Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas (sem anexos)	
Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 201351
• Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (sem anexos)	
Resolução nº 170, de 26 de fevereiro de 201353
• Regulamenta a participação de magistrados em congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares	

Resolução nº 174, de 12 de abril de 201354
• Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal (sem anexos)	
Resolução nº 175, de 14 de maio de 201355
• Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo	
Resolução nº 184, de 06 de dezembro de 201355
• Dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário (sem anexos)	
Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 201357
• Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento	
Resolução nº 194, de 26 de maio de 201463
• Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências	
Resolução nº 202, de 27 de outubro de 201564
• Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 203, de 23 de junho de 201565
• Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura	
Resolução nº 212, de 15 de dezembro de 201566
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	
Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 201568
• Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas (sem anexos)	
Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 201577
• Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) (sem anexos)	
Resolução nº 216, de 02 de fevereiro de 201683
• Dispõe sobre a eficácia e o alcance das Resoluções e determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e trata da competência da Corregedoria Nacional de Justiça no tocante à Justiça Eleitoral	
Resolução nº 221 de 10/05/201683
• Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça	
Resolução nº 225, de 31 de maio de 201685
• Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 227, de 15 de junho de 201689
• Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 231, de 28 de junho de 201692
• Institui o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ)	
Resolução nº 235, de 13 de julho de 201694
• Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências (sem anexos)	

Resolução nº 236, de 13 de julho de 2016	96
• Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)	
Resolução nº 240, de 09 de setembro de 2016	98
• Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 244, de 12 de setembro de 2016	102
• Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências	
Resolução nº 252, de 04 de setembro de 2018	102
• Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências	
Resolução nº 253, de 04 de setembro de 2018	105
• Define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais	
Resolução nº 254, de 04 de setembro de 2018	106
• Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 255, de 04 de setembro de 2018	108
• Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário	
Resolução nº 269, de 21 de outubro de 2018	110
• Institui regras sobre a gerência de dados pessoais de candidatos a cargos públicos, mediante concurso público, do Poder Judiciário	
Resolução nº 270, de 11 de dezembro de 2018	110
• Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros	
Resolução nº 280, de 09 de abril de 2019	111
• Estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU e dispõe sobre sua governança	
Resolução nº 287, de 25 de junho 2019	112
• Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário	
Resolução nº 288, de 25 de junho de 2019	114
• Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade	
Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019	116
• Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 292, de 23 de agosto de 2019	117
• Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário	
Resolução nº 295, de 13 de setembro de 2019	119
• Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes (sem anexos)	
Resolução nº 299, 05 de novembro de 2019	119
• Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017	
Resolução nº 305, de 17 de dezembro de 2019	122
• Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário	

Resolução nº 307, de 17 de dezembro de 2019	124
• Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação	
Resolução nº 309, de 11 de março de 2020	126
• Aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências	
Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020	134
• Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 327, de 08 de julho de 2020	136
• Disciplina a requisição de precatórios em face da Fazenda Pública Federal pelos tribunais de justiça, bem como o envio de informações aos órgãos públicos federais responsáveis pelo processamento e pagamento	
Resolução nº 331, de 20 de agosto de 2020	137
• Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal	
Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020	138
• Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 334, de 21/09/2020	141
• Institui o Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 335, de 29 de setembro de 2020	142
• Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça	
Resolução nº 337, de 29 de setembro de 2020	144
• Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário	
Resolução nº 339, de 08 de 09 de 2020	145
• Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê Executivo Nacional dos Núcleos de Ações Coletivas – NAC, dos Núcleos de Ações Coletivas – NACs e dos cadastros de ações coletivas do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios	
Resolução nº 343, de 09 de setembro de 2020	146
• Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências	
Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020	149
• Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências	
Resolução Nº 346, de 08 de outubro de 2020	150
• Dispõe sobre o prazo para cumprimento, por oficiais de justiça, de mandados referentes a medidas protetivas de urgência, bem como sobre a forma de comunicação à vítima dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão (art. 21 da Lei nº 11.340/2006)	
Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020	151
• Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente	
Resolução nº 349, de 23 de outubro de 2020	154
• Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências	

Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020	156
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020	159
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (sem anexos)	
Resolução nº 356, de 27 de novembro de 2020	164
• Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências	
Resolução nº 358, de 02 de dezembro de 2020	166
• Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação	
Resolução nº 359, de 15 de dezembro de 2020	166
• Institui o Comitê Nacional dos Juizados Especiais	
Resolução nº 363, de 12 janeiro de 2021	168
• Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais	
Resolução nº 368, de 19 de janeiro de 2021	169
• Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF	
Resolução nº 369 de 19/01/2021	171
• Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF	
Resolução nº 370, de 28 de janeiro de /2021.	174
• Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (sem anexos)	
Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021	179
• Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”	
Resolução nº 376, de 02 de março de 2021.	180
• Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional	
Resolução nº 377, de 09 de março de 2021.	180
• Institui o “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral” de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar	
Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021.	181
• Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências	
Resolução nº 391, de 10 de maio 2021	183
• Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade	
Resolução nº 394, de 28 de maio de 2021	185
• Institui regras de cooperação e de comunicação direta com juízos estrangeiros de insolvência para o processamento e julgamento de insolvências transnacionais (sem anexos)	
Resolução nº 398, de 09 de junho de 2021	186
• Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais	

Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021	187
• Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário (sem anexos)	
Resolução nº 401, de 16 de junho de 2023	191
• Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. (Sem anexos)	
Resolução nº 402, de 28 de junho de 2021	195
• Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências	
Resolução nº 405, de 06 de julho de 2021	196
• Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 421, de 29 de setembro de 2021	200
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências	
Resolução nº 425, de 08 de outubro de 2021	201
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades	
Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021	207
• Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos	
Resolução nº 428, de 20 de outubro de 2021	208
• Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	
Resolução nº 429, de 20 de outubro de 2021	209
• Institui o “Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”	
Resolução nº 433, de 27 de outubro de 2021	210
• Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente	
Resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021	212
• Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 439, de 07 de janeiro de 2022	215
• Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica	
Resolução nº 440, de 07 de janeiro de 2022	216
• Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro	
Resolução nº 441, de 24 de dezembro de 2021	217
• Institui o Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”	
Resolução nº 444, de 25 de fevereiro - /2022	219
• Institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais	
Resolução nº 450, de 12 de abril de 2022.	220
• Institui a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação na agenda permanente dos tribunais	

Resolução nº 453, de 22 de abril de 2022.	220
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonopi), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. (redação dada pela Resolução n. 489, de 28.2.2023)	
Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022.	222
• Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas	
Resolução nº 460, de 05 de maio de 2022	225
• Dispõe sobre a instalação, implementação e aperfeiçoamento da Justiça Itinerante, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça e dá outras providências	
Resolução nº 465, de 22 de junho de 2022.	226
• Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 466, de 22 de junho de 2022.	227
• Institui o Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão de processos de recuperação empresarial e falências	
Resolução nº 470, de 31 de agosto de 2022	228
• Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância	
Resolução nº 471, de 31 de agosto de 2022	231
• Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 472, de 02 de setembro de 2022	233
• Dispõe sobre a criação da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 483, de 19 de dezembro de 2022	234
• Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) e dá outras providências	
Resolução nº 484, de 19 de dezembro de 2022	236
• Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023	238
• Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança	
Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023.	240
• Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança	
Resolução nº 488, de 23 de fevereiro de 2023.	245
• Institui a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências	
Resolução nº 490, de 08 de março de 2023.	248
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	
Resolução nº 492, de 17 de março de 2023.	249
• Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário	

Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023.	250
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade	
Resolução nº 498, de 04 de maio de 2023	252
• Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências	
Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023	254
• Regulamenta a criação, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais, respectivamente, da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, institui diretrizes para a realização de visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelece protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis (sem anexos)	
Resolução nº 512, de 30 de junho de 2023	256
• Dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura	
Resolução nº 513, de 06 de julho de 2023	258
• Institui o Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade	
Resolução nº 519, de 11 de setembro de 2023	259
• Institui o Prêmio “Equidade Racial”, com o objetivo de estimular e disseminar práticas que visem a eliminação das desigualdades raciais, premiando ações, projetos ou programas inovadores que combatam o racismo e impulsionem a equidade racial no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 520, de 18 de setembro de 2023	260
• Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades	
Resolução nº 522 de 18/09/2023	262
• Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e na manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciais e administrativas no âmbito do Poder Judiciário (sem anexo)	
Resolução nº 528, de 20 de outubro de 2023	263
• Garante a equiparação constitucional entre direitos e deveres da Magistratura e do Ministério Público	
Resolução nº 530, de 10 de novembro de 2023	263
• Institui a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e o seu respectivo Plano Nacional (2024 – 2029) (sem anexos)	
Resolução nº 532, de 16 de novembro de 2023	264
• Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências	
Resolução nº 541, de 18 de dezembro de 2023	265
• Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções	
Resolução nº 542, de 19 de dezembro de 2023	267
• Cria o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), com o objetivo de aprimorar a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher	
2) RECOMENDAÇÕES DO CNJ EM ORDEM CRONOLÓGICA	
Recomendação nº 14, de 06 de novembro de 2007	268
• Recomenda aos Tribunais a adoção de medidas para dar prioridade aos processos e procedimentos em que figure como parte interveniente pessoa com idade superior a 60 anos, em qualquer instância	

Recomendação nº 18, de 04 de novembro de 2008	269
• Recomenda aos Magistrados Criminais que evitem a denominação dada às operações policiais em atos judiciais	
Recomendação nº 21, de 16 de dezembro de 2008	269
• Recomenda aos Tribunais ações no sentido da recuperação social do preso e do egresso do sistema prisional	
Recomendação nº 29, de 16 de dezembro de 2009	269
• Recomenda aos Tribunais incluir nos editais de licitação de obras e serviços públicos exigência para o contratante disponibilizar percentual de vagas destinadas ao Projeto Começar de Novo	
Recomendação nº 42, de 08 de agosto de 2012.	270
• Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas	
Recomendação nº 61, de 14 de fevereiro de 2020	270
• Recomenda aos tribunais brasileiros a implementação de programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, a partir dos 14 anos, na forma dos artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT	
Recomendação nº 65, de 07 de maio de 2020	271
• Recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico e sem remuneração, em quaisquer órgãos ligados às federações, confederações ou outras entidades desportivas, inclusive a Conmebol, sob pena violação dos deveres funcionais, bem como recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário, ressalvados os casos previstos em lei	
Recomendação nº 71, de 05 de agosto de 2020.	272
• Dispõe sobre a criação do Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc Empresarial e fomenta o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial	
Recomendação nº 76, de 08 de setembro de 2020	273
• Dispõe sobre recomendações a serem seguidas na gestão dos processos, em termos de ações coletivas, no âmbito do Poder Judiciário	
Recomendação nº 81 de 06 de novembro de 2020.	273
• Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude	
Recomendação nº 87, de 20 de janeiro de 2021	276
• Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas no intuito de regulamentar o art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento inicial e integrado dos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário	
Recomendação nº 100, de 16 de junho de 2021	278
• Recomenda o uso de métodos consensuais de solução de conflitos em demandas que versem sobre o direito à saúde	
Recomendação nº 101, de 12 de julho de 2021	278
• Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais	
Recomendação nº 114, de 20 de outubro de 2021	279
• Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco (sem os anexos)	
Recomendação nº 119, de 28 de outubro de 2021	281
• Recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade	

Recomendação nº 125 de 24 de dezembro de 2021	283
• Dispõe sobre os mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento e a instituição de Núcleos de Conciliação e Mediação de conflitos oriundos de superendividamento, previstos na Lei nº 14.181/2021 (sem os anexos)	
Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022.	283
• Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	
Recomendação nº 124, de 07 de janeiro de 2022.	284
• Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar	
Recomendação nº 134, de 09 de setembro de 2022	285
• Dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro	
3) RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES POR TEMAS*	
Acessibilidade e Sustentabilidade	
Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023	254
• Regulamenta a criação, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais, respectivamente, da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, institui diretrizes para a realização de visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelece protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis (sem anexos)	
Resolução nº 490, de 08 de março de 2023.	248
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	
Resolução nº 401, de 16 de junho de 2023	191
• Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. (Sem anexos)	
Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021	187
• Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário (sem anexos)	
Acesso à Justiça e Cidadania	
Resolução nº 532, de 16 de novembro de 2023	264
• Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências	
Resolução nº 520, de 18 de setembro de 2023	260
• Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades	
Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023.	250
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade	
Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023	238
• Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança	
Resolução nº 471, de 31 de agosto de 2022	231
• Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	

* (com base na classificação temática efetuada pelo CNJ, adaptada pelo autor)

Resolução nº 470, de 31 de agosto de 2022	228
• Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância	
Resolução nº 460, de 05 de maio de 2022	225
• Dispõe sobre a instalação, implementação e aperfeiçoamento da Justiça Itinerante, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça e dá outras providências	
Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022.	222
• Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas	
Resolução nº 453, de 22 de abril de 2022.	220
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. (redação dada pela Resolução n. 489, de 28.2.2023)	
Resolução nº 440, de 07 de janeiro de 2022	216
Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro	
Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021	207
• Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos	
Resolução nº 425, de 08 de outubro de 2021	201
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades	
Resolução nº 421, de 29 de setembro de 2021	200
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências	
Recomendação nº 101, de 12 de julho de 2021	278
• Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais	
Resolução nº 402, de 28 de junho de 2021	195
• Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências	
Recomendação nº 100, de 16 de junho de 2021	278
• Recomenda o uso de métodos consensuais de solução de conflitos em demandas que versem sobre o direito à saúde	
Resolução nº 292, de 23 de agosto de 2019	117
• Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário	
Resolução nº 270, de 11 de dezembro de 2018	110
• Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros	
Resolução nº 253, de 04 de setembro de 2018	101
• Define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais	
Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016	105
• Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 212, de 15 de dezembro de 201566
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas	

(FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema

Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 (sem anexos)

• Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências (sem anexos)

Resolução nº 62, de 10 de fevereiro de 2009.

• Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária.

Cartórios

Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013

• Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo

Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007.

• Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro. Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

Resolução nº 20, de 29 de agosto de 2006

• Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro

Concurso, Promoção e Disciplina

Resolução nº 541, de 18 de dezembro de 2023

• Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções

Resolução nº 512, de 30 de junho de 2023

• Dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura

Resolução nº 269, de 21 de outubro de 2018

• Institui regras sobre a gerência de dados pessoais de candidatos a cargos públicos, mediante concurso público, do Poder Judiciário

Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011

• Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências

Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010.

• Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Controle Administrativo e Financeiro

Resolução nº 483, de 19 de dezembro de 2022

• Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) e dá outras providências

Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013

• Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (sem anexos)

Direito Antidiscriminatório

Cultura e Religião

Resolução nº 440, de 07 de janeiro de 2022

• Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro

Recomendação nº 119, de 28 de outubro de 2021 281

- Recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade

Etinia, Origem e Racismo**Resolução nº 203, de 23 de junho de 2015 65**

- Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura

Igualdade de Gênero**Resolução nº 542, de 19 de dezembro de 2023 267**

- Cria o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), com o objetivo de aprimorar a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher

Resolução nº 532, de 16 de novembro de 2023 264

- Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências

Resolução nº 492, de 17 de março de 2023. 249

- Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

Resolução nº 376, de 02 de março de 2021. 180

- Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional

Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020 151

- Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente

Resolução nº 307, de 17 de dezembro de 2019 124

- Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação

Resolução nº 270, de 11 de dezembro de 2018 110

- Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros

Resolução nº 255, de 04 de setembro de 2018 108

- Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

Resolução nº 254, de 04 de setembro de 2018 106

- Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências

Resolução nº 252, de 04 de setembro de 2018 102

- Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências

Recomendação nº 42, de 08 de agosto de 2012. 267

- Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas

Pessoas com Deficiência**Resolução nº 401, de 16 de junho de 2023 191**

- Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. (Sem anexos)

Recomendação nº 81, de 06 de novembro de 2020 273

- Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude

Resolução nº 343, de 09 de setembro de 2020 146

- Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências

Resolução nº 203, de 23 de junho de 2015 65

- Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura

Pessoa Idosa**Resolução nº 520, de 18 de setembro de 2023 260**

- Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades

Recomendação nº 14, de 06 de novembro de 2007 268

- Recomenda aos Tribunais a adoção de medidas para dar prioridade aos processos e procedimentos em que figure como parte interveniente pessoa com idade superior a 60 anos, em qualquer instância

Direitos e Deveres dos Magistrados**Resolução nº 528, de 20 de outubro de 2023 263**

- Garante a equiparação constitucional entre direitos e deveres da Magistratura e do Ministério Público

Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022. 283

- Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Resolução nº 441, de 24 de dezembro de 2021 217

- Institui o Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”

Resolução nº 170, de 26 de fevereiro de 2013. 53

- Regulamenta a participação de magistrados em congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares

Resolução nº 60, de 19 de setembro de 2008 7

- Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional

Resolução nº 34, de 24 de abril de 2007. 3

- Dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional

Direitos e Garantias dos Povos Originários**Resolução nº 512, de 30 de junho de 2023 256**

- Dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura

Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022. 222

- Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas

Resolução nº 453, de 22 de abril de 2022. 220

- Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi),

com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. (redação dada pela Resolução n. 489, de 28.2.2023)

Resolução nº 287, de 25 de junho 2019 112

- Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário

Direitos Humanos

Resolução nº 542, de 19 de dezembro de 2023 267

- Cria o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), com o objetivo de aprimorar a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher

Resolução nº 541, de 18 de dezembro de 2023 265

- Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções

Resolução nº 532, de 16 de novembro de 2023 264

- Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências

Resolução nº 519, de 11 de setembro de 2023 259

- Institui o Prêmio “Equidade Racial”, com o objetivo de estimular e disseminar práticas que visem a eliminação das desigualdades raciais, premiando ações, projetos ou programas inovadores que combatam o racismo e impulsionem a equidade racial no âmbito do Poder Judiciário

Resolução nº 513, de 06 de julho de 2023 258

- Institui o Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade

Resolução nº 512, de 30 de junho de 2023 256

- Dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura

Resolução nº 498, de 04 de maio de 2023 252

- Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências

Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023. 250

- Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade

Resolução nº 492, de 17 de março de 2023. 249

- Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

Resolução nº 490, de 08 de março de 2023. 248

- Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema

Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023. 240

- Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança

Resolução nº 470, de 31 de agosto de 2022 228

- Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância

Resolução nº 453, de 22 de abril de 2022. 220

- Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. (redação dada pela Resolução n. 489, de 28.2.2023)

Resolução nº 450, de 12 de abril de 2022. 220

- Institui a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação na agenda permanente dos tribunais

Resolução nº 440, de 07 de janeiro de 2022 216

- Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro

Recomendação nº 124, de 07 de janeiro de 2022. 284

- Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar

Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022. 283

- Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Recomendação nº 119, de 28 de outubro de 2021 281

- Recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade

Resolução nº 429, de 20 de outubro de 2021 209

- Institui o “Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”

Resolução nº 425, de 08 de outubro de 2021 201

- Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades

Resolução nº 401, de 16 de junho de 2023 190

- Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. (Sem anexos)

Resolução nº 377, de 09 de março de 2021. 180

- Institui o “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral” de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

Resolução nº 376, de 02 de março de 2021. 180

- Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional

Recomendação nº 87, de 20 de janeiro de 2021 276

- Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas no intuito de regulamentar o art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento inicial e integrado dos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário

Resolução nº 368, de 19 de janeiro de 2021 169

- Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF

Recomendação nº 81 de 06 de novembro de 2020. 273

- Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude

Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020	159
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (sem anexos)	
Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020	151
• Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente	
Recomendação nº 65, de 07 de maio de 2020	271
• Recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico e sem remuneração, em quaisquer órgãos ligados às federações, confederações ou outras entidades desportivas, inclusive a Conmebol, sob pena violação dos deveres funcionais, bem como recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário, ressalvados os casos previstos em lei	
Recomendação nº 61, de 14 de fevereiro de 2020	270
• Recomenda aos tribunais brasileiros a implementação de programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, a partir dos 14 anos, na forma dos artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT	
Resolução nº 299, 05 de novembro de 2019	119
• Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017	
Resolução nº 295, de 13 de setembro de 2019	119
• Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes (sem anexos)	
Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019	116
• Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 255, de 04 de setembro de 2018	108
• Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário	
Resolução nº 254, de 04 de setembro de 2018	106
• Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 231, de 28 de junho de 2016	92
• Institui o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ)	
Resolução nº 212, de 15 de dezembro de 2015	66
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	
Resolução nº 203, de 23 de junho de 2015	65
• Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura	
Resolução nº 165, de 16 de novembro de 2012	48
• Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas (sem anexos)	
Recomendação nº 42, de 08 de agosto de 2012	270
• Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas	

Resolução nº 131, de 26 de maio de 2011	40
• Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ	
Resolução nº 128, de 17 de março de 2011	40
• Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	
Resolução nº 94, de 27 de outubro de 2009	27
• Determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	
Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009	23
• Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei - sem anexos	
Execução Penal e Sistema Carcerário	
Resolução nº 488, de 23 de fevereiro de 2023	245
• Institui a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências	
Resolução nº 484, de 19 de dezembro de 2022	236
• Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021	207
• Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos	
Resolução nº 405, de 06 de julho de 2021	196
• Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 391, de 10 de maio 2021	183
• Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade	
Resolução nº 369 de 19/01/2021	171
• Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF	
Recomendação nº 81 de 06 de novembro de 2020	271
• Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude	
Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020	151
• Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente	
Resolução nº 307, de 17 de dezembro de 2019	124
• Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação	
Resolução nº 288, de 25 de junho de 2019	114
• Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade	

Resolução nº 287, de 25 de junho 2019	112
• Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário	
Resolução nº 280, de 09 de abril de 2019	111
• Estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU e dispõe sobre sua governança	
Resolução nº 252, de 04 de setembro de 2018	102
• Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências	
Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015	68
• Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas (sem anexos)	
Resolução nº 154, de 13 de julho 2012	44
• Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária	
Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009	27
• Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências	
Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 2009	12
• Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória	
Recomendação nº 29, de 16 de dezembro de 2009	266
• Recomenda aos Tribunais incluir nos editais de licitação de obras e serviços públicos exigência para o contratante disponibilizar percentual de vagas destinadas ao Projeto Começar de Novo	
Recomendação nº 21, de 16 de dezembro de 2008	266
• Recomenda aos Tribunais ações no sentido da recuperação social do preso e do egresso do sistema prisional	
Resolução nº 47, de 18 de dezembro de 2007	7
• Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal	

Funcionamento do CNJ

Resolução nº 377, de 09 de março de 2021	180
• Institui o “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral” de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar	
Resolução nº 309, de 11 de março de 2020	126
• Aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências	
Resolução nº 221, de 10 de maio de 2016	83
• Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça	
Resolução nº 216, de 02 de fevereiro de 2016	83
• Dispõe sobre a eficácia e o alcance das Resoluções e determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e trata da competência da Corregedoria Nacional de Justiça no tocante à Justiça Eleitoral	

Funcionamento dos órgãos judiciais

Resolução nº 532, de 16 de novembro de 2023	264
• Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias	

Resolução nº 530, de 10 de novembro de 2023	263
• Institui a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e o seu respectivo Plano Nacional (2024 – 2029) (sem anexos)	
Resolução nº 498, de 04 de maio de 2023	252
• Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências	
Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023	250
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade	
Recomendação nº 134, de 09 de setembro de 2022	282
• Dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro	
Resolução nº 460, de 05 de maio de 2022	225
• Dispõe sobre a instalação, implementação e aperfeiçoamento da Justiça Itinerante, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça e dá outras providências	
Resolução nº 450, de 12 de abril de 2022	220
• Institui a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação na agenda permanente dos tribunais	
Resolução nº 444, de 25 de fevereiro de 2022	219
• Institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais	
Resolução nº 441, de 24 de dezembro de 2021	217
• Institui o Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”	
Resolução nº 439, de 07 de janeiro de 2022	215
• Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica	
Recomendação nº 124, de 07 de janeiro de 2022	281
• Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar	
Recomendação nº 125 de 24 de dezembro de 2021	280
• Dispõe sobre os mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento e a instituição de Núcleos de Conciliação e Mediação de conflitos oriundos de superendividamento, previstos na Lei nº 14.181/2021 (sem os anexos)	
Recomendação nº 114, de 20 de outubro de 2021	276
• Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco (sem os anexos)	
Resolução nº 433, de 27 de outubro de 2021	210
• Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente	
Resolução nº 428, de 20 de outubro de 2021	208
• Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	
Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021	207
• Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos	
Resolução nº 359, de 15 de dezembro de 2020	166
• Institui o Comitê Nacional dos Juizados Especiais	

Resolução nº 356, de 27 de novembro de 2020 164

- Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências

Resolução nº 339, de 08 de setembro de 2020 145

- Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê Executivo Nacional dos Núcleos de Ações Coletivas – NAC, dos Núcleos de Ações Coletivas – NACs e dos cadastros de ações coletivas do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios

Resolução nº 305, de 17 de dezembro de 2019 122

- Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário

Resolução nº 244, de 12 de setembro de 2016 102

- Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências

Resolução nº 216, de 02 de fevereiro de 2016 83

- Dispõe sobre a eficácia e o alcance das Resoluções e determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e trata da competência da Corregedoria Nacional de Justiça no tocante à Justiça Eleitoral

Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012 45

- Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior

Recomendação nº 71, de 05 de agosto de 2020 269

- Dispõe sobre a criação do Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc Empresarial e fomenta o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial

Gestão Administrativa**Resolução nº 465, de 22 de junho de 2022 226**

- Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário

Resolução nº 433, de 27 de outubro de 2021 210

- Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente

Resolução nº 398, de 09 de junho de 2021 186

- Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais

Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020 138

- Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências

Resolução nº 202, de 27 de outubro de 2015 64

- Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário

Resolução nº 140, de 26 de setembro de 2011 44

- Proíbe a atribuição de nomes de pessoas vivas aos bens públicos sob a administração do Poder Judiciário

Resolução nº 127, de 15 de março de 2011 39

- Dispõe sobre o pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, em casos de beneficiários da justiça gratuita, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus

Resolução nº 85, de 08 de setembro de 2009 25

- Dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário

Gestão da Informação e de Demandas Judiciais**Resolução nº 530, de 10 de novembro de 2023 263**

- Institui a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e o seu respectivo Plano Nacional (2024 – 2029) (sem anexos)

Resolução nº 522, de 18 de setembro de 2023 262

- Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e na manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário (sem anexo)

Resolução nº 466, de 22 de junho de 2022 227

- Institui o Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão de processos de recuperação empresarial e falências

Resolução nº 441, de 24 de dezembro de 2021 217

- Institui o Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”

Resolução nº 394, de 28 de maio de 2021 185

- Institui regras de cooperação e de comunicação direta com juízos estrangeiros de insolvência para o processamento e julgamento de insolvências transnacionais (sem anexos)

Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021 181

- Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências

Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021 179

- Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”

Resolução nº 363, de 12 janeiro de 2021 168

- Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais

Resolução nº 358, de 02 de dezembro de 2020 166

- Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação

Resolução nº 349, de 23 de outubro de 2020 154

- Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências

Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020 149

- Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências

Resolução nº 337, de 29 de setembro de 2020 144

- Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário

Resolução nº 335, de 29 de setembro de 2020 142

- Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça

Resolução nº 331, de 20 de agosto de 2020 137

- Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal

Resolução nº 236, de 13 de julho de 2016 96

- Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)

Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016 94

- Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências (sem anexos)

Resolução nº 105, de 06 de abril de 2010 28

- Dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência

Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008	10
• Dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências (sem anexos)	
Gestão de Pessoas	
Resolução nº 343, de 09 de setembro de 2020	146
• Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências	
Resolução nº 240, de 09 de setembro de 2016	98
• Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 227, de 15 de junho de 2016	89
• Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 174, de 12 de abril de 2013	54
• Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal (sem anexos)	
Resolução nº 159, de 12 de novembro de 2012	47
• Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário	
Gestão e Organização Judiciária	
Resolução nº 490, de 08 de março de 2023	248
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	
Resolução nº 471, de 31 de agosto de 2022	231
• Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 466, de 22 de junho de 2022	227
• Institui o Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão de processos de recuperação empresarial e falências	
Resolução nº 465, de 22 de junho de 2022	226
• Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022	222
• Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas	
Resolução nº 444, de 25 de fevereiro de 2022	219
• Institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais	
Resolução nº 441, de 24 de dezembro de 2021	217
• Institui o Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”	
Recomendação nº 125 de 24 de dezembro de 2021	280
• Dispõe sobre os mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento e a instituição de Núcleos de Conciliação e Mediação de conflitos oriundos de superendividamento, previstos na Lei nº 14.181/2021 (sem os anexos)	
Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021	207
• Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos	

Resolução nº 421, de 29 de setembro de 2021	200
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências	
Resolução nº 398, de 09 de junho de 2021	186
• Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais	
Resolução nº 394, de 28 de maio de 2021	185
• Institui regras de cooperação e de comunicação direta com juízos estrangeiros de insolvência para o processamento e julgamento de insolvências transnacionais (sem anexos)	
Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021	181
• Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências	
Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021	179
• Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”	
Resolução nº 370, de 28 de janeiro de /2021	174
• Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (sem anexos)	
Resolução nº 363, de 12 janeiro de 2021	168
• Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais	
Resolução nº 358, de 02 de dezembro de 2020	166
• Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação	
Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020	156
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 349, de 23 de outubro de 2020	154
• Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020	151
• Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente	
Resolução Nº 346, de 08 de outubro de 2020	150
• Dispõe sobre o prazo para cumprimento, por oficiais de justiça, de mandados referentes a medidas protetivas de urgência, bem como sobre a forma de comunicação à vítima dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão (art. 21 da Lei nº 11.340/2006)	
Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020	149
• Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências	
Resolução nº 337, de 29 de setembro de 2020	144
• Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário	
Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020	134
• Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências (sem anexos)	
Gestão Estratégica	
Resolução nº 421, de 29 de setembro de 2021	200
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências	
Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020	134
• Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências (sem anexos)	

Resolução nº 221, de 10 de maio de 201683

- Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça

Infância/Juventude**Resolução nº 532, de 16 de novembro de 2023264**

- Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências

Resolução nº 498, de 04 de maio de 2023252

- Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências

Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023238

- Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança

Recomendação nº 87, de 20 de janeiro de 2021273

- Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas no intuito de regulamentar o art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento inicial e integrado dos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário

Recomendação nº 81 de 06 de novembro de 2020271

- Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude

Recomendação nº 61, de 14 de fevereiro de 2020267

- Recomenda aos tribunais brasileiros a implementação de programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, a partir dos 14 anos, na forma dos artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Resolução nº 299, 05 de novembro de 2019119

- Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017

Resolução nº 295, de 13 de setembro de 2019119

- Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes (sem anexos)

Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019116

- Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências (sem anexos)

Resolução nº 231, de 28 de junho de 201692

- Institui o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ)

Resolução nº 165, de 16 de novembro de 201248

- Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas (sem anexos)

Resolução nº 131, de 26 de maio de 201140

- Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ

Resolução nº 94, de 27 de outubro de 200927

- Determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal

Resolução nº 77, de 26 de maio de 200923

- Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei - sem anexos

Inovações Tecnológicas do Judiciário****Resolução nº 522 de 18/09/2023262**

- Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e na manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário (sem anexo)

Resolução nº 398, de 09 de junho de 2021186

- Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais

Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021181

- Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências

Resolução nº 370, de 28 de janeiro de /2021.174

- Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (sem anexos)

Resolução nº 363, de 12 janeiro de 2021168

- Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais

Resolução nº 358, de 02 de dezembro de 2020166

- Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação

Resolução nº 349, de 23 de outubro de 2020154

- Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências

Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020149

- Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências

Nepotismo/Cargos e Funções**Resolução nº 7, de 18 de outubro de 20051**

- Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências

Precatórios**Resolução nº 428, de 20 de outubro de 2021208**

- Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)

Resolução nº 327, de 08 de julho de 2020136

- Disciplina a requisição de precatórios em face da Fazenda Pública Federal pelos tribunais de justiça, bem como o envio de informações aos órgãos públicos federais responsáveis pelo processamento e pagamento

Priorização do Primeiro Grau**Resolução nº 194, de 26 de maio de 201463**

- Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências

Responsabilidade Social**Resolução nº 542, de 19 de dezembro de 2023267**

- Cria o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), com o objetivo de aprimorar a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher

** Tema criado pelos autores com as principais apostas de atos normativos, pois apontado expressamente no edital

Resolução nº 541, de 18 de dezembro de 2023	265
• Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções	
Resolução nº 520, de 18 de setembro de 2023	260
• Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades	
Resolução nº 519, de 11 de setembro de 2023	259
• Institui o Prêmio “Equidade Racial”, com o objetivo de estimular e disseminar práticas que visem a eliminação das desigualdades raciais, premiando ações, projetos ou programas inovadores que combatam o racismo e impulsionem a equidade racial no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 513, de 06 de julho de 2023	258
• Institui o Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade	
Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023	254
• Regulamenta a criação, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais, respectivamente, da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, institui diretrizes para a realização de visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelece protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis (sem anexos)	
Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023	250
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade	
Resolução nº 492, de 17 de março de 2023	249
• Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário	
Resolução nº 490, de 08 de março de 2023	248
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	
Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023	238
• Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança	
Resolução nº 453, de 22 de abril de 2022	220
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. (redação dada pela Resolução n. 489, de 28.2.2023)	
Resolução nº 440, de 07 de janeiro de 2022	216
• Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro	
Resolução nº 433, de 27 de outubro de 2021	210
• Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente	
Resolução nº 212, de 15 de dezembro de 2015	66
• Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema	

Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009	27
• Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências	
Segurança do Judiciário	
Resolução nº 472, de 02 de setembro de 2022	233
• Dispõe sobre a criação da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências	
Resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021	212
• Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências	
Recomendação nº 114, de 20 de outubro de 2021	276
• Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco (sem os anexos)	
Tecnologia da Informação e Comunicação	
Resolução nº 530, de 10 de novembro de 2023	263
• Institui a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e o seu respectivo Plano Nacional (2024 – 2029) (sem anexos)	
Resolução nº 522, de 18 de setembro de 2023	262
• Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e na manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciais e administrativas no âmbito do Poder Judiciário (sem anexo)	
Resolução nº 428, de 20 de outubro de 2021	208
• Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	
Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021	207
• Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos	
Resolução nº 398, de 09 de junho de 2021	186
• Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais	
Resolução nº 385, de 06 de abril de 2021	181
• Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências	
Resolução nº 370, de 28 de janeiro de /2021	174
• Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (sem anexos)	
Resolução nº 363, de 12 janeiro de 2021	168
• Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais	
Resolução nº 358, de 02 de dezembro de 2020	166
• Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação	
Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020	156
• Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 349, de 23 de outubro de 2020	154
• Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências	

Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020	149
• Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências	
Resolução nº 337, de 29 de setembro de 2020	144
• Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário	
Resolução nº 335, de 29 de setembro de 2020	142
• Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça	
Resolução nº 334, 21 de setembro de 2020	141
• Institui o Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 331, de 20 de agosto de 2020	137
• Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal	
Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013	57
• Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento	

Teto Remuneratório

Resolução nº 13, de 21 de março de 2006	2
• Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura	

Tramitação Preferencial

Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022.	281
• Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	

Transparência

Resolução nº 363, de 12 janeiro de 2021	168
• Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais	
Resolução nº 334, de 21 de setembro de 2020	141
• Institui o Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário	
Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015	77
• Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) (sem anexos)	

4) ATOS NORMATIVOS IMPRESCINDÍVEIS PARA O CONCURSO – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Resolução nº 60, de 19 de setembro de 2008	7
• Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional	
Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 (sem anexos)	35
• Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 305, de 17 de dezembro de 2019	122
• Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário	
Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020	134
• Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020	149
• Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências	

Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020	151
• Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente	
Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020	159
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (sem anexos)	
Resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021	212
• Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências	
Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022.	281
• Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	
Recomendação nº 134, de 09 de setembro de 2022	282
• Dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro	

5) PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS QUE FORAM OBJETO DE COBRANÇA EM CONCURSOS ANTERIORES DA MAGISTRATURA

Resolução nº 60, de 19 de setembro de 2008	7
• Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional	
Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011	41
• Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências	
Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012	45
• Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior	
Resolução nº 159, de 12 de novembro de 2012	47
• Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário	
Resolução nº 170, de 26 de fevereiro de 2013.	53
• Regulamenta a participação de magistrados em congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares	
Resolução nº 174, de 12 de abril de 2013.	54
• Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal (sem anexos)	
Resolução nº 305, de 17 de dezembro de 2019	122
• Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário	
Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020	134
• Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências (sem anexos)	
Resolução nº 345, de 09 de outubro de 2020	149
• Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências	
Resolução nº 348, de 13 de outubro de 2020	151
• Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente	
Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020	159
• Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (sem anexos)	

Resolução nº 425, de 08 de outubro de 2021 201

- Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades

Resolução nº 427, de 20 de outubro de 2021 207

- Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos

Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023. 240

- Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança